

O tamanho verdadeiro da saúde

Devagar como é de praxe nestas plagas, emergem os primeiros indicadores de quanto se gasta em saúde, tudo incluído. Os investimentos públicos devem chegar a R\$ 29,5 bilhões em 1998, somados dispêndios dos três níveis de governo. O bolo privado, ou seja, prêmios de seguros e convênios mais a receita de práticas liberais, vai a R\$ 16 bilhões. Por fim, os serviços de caridade crescem mais R\$ 1 bilhão. No total, chega-se ao equivalente a US\$ 41 bilhões, cerca de 5% do Produto Interno Bruto.

Essas contas aproximadas cruzam fontes díspares e admitem subtrações empíricas de valores eventualmente duplicados. Podem ser melhoradas, mas representam um ponto de partida. Em particular, estão aqui hoje porque o semanário *The Economist* apresenta na edição que está nas bancas uma lista do que alguns países aplicam no setor. Figuram ali, na faixa dos 4% do PIB, México e Coreia; com 7%, Espanha, Itália e Dinamarca; com 10%, França e Alemanha; e na liderança destacada, tanto relativa como absoluta, os Estados Unidos, com 14%.

O Brasil, que está muito longe de hospedar um sistema de saúde aceitável, ficaria entre os que gastam menos, mas não sairia mal na turma dos países médios. Como já se sabe exaustivamente no caso da educação, além do tamanho da verba, aqui existe um dramático problema de gerência nos programas de saúde.

* * *

Carregar estoque em tempo de juros cadentes é

das piores coisas que acontecem na vida da empresa. Em véspera de eleição, porém, o manejo esperto desse problema pode trazer dividendos. É que o governo, já propenso a distribuir bondades para agradar seus eleitores, fica desesperado com notícias de férias coletivas e outros sinais recessivos — e começa a pôr dinheiro no circuito.

Quem está com mercadoria na prateleira pode ganhar no financeiro a mesma coisa que perde com o encalhe. Empata no bimestre julho/agosto e recupera a lucratividade com as encomendas das Festas.

* * *

O governo aliás fechou o primeiro semestre no ritmo de quem ganhará dois pontos percentuais da renda nacional ao setor privado em 1998 — o que significa um ganho real de R\$ 16 bilhões. Isso é mais do que todo o crescimento absoluto do PIB projetado neste ano.

Mesmo assim, seus coletores fazem semblante modesto e repetem que o aumento espetacular tem muitíssimo pouco a ver com novos tributos. Como se a majoração do IOF, o adicional sobre o Imposto de Renda dos assalariados, a cobrança sobre aplicações financeiras paradas e a elevação de alíquotas tarifárias, decretados em novembro do ano passado, não fossem mais do que miragens de quem não gosta do Brasil.

Os saraus de Ano Novo mostrarão como o poder descreverá um crescimento que sai do lombo de quem produz para ser integralmente capturado e gasto pelo Estado.